



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS IES BRASILEIRAS: MODELAGEM DE UM INSTRUMENTO DE MEDIDA DE AVALIAÇÃO POR MEIO DA TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM

*Afonso Farias de Sousa Júnior - UNIFA
Silvana Ligia Vincenzi Bortolotti - UTFPR
Joaquim Carlos Costa Pinho - UA
Feruccio Bilich - UNB*

Resumo

A Educação Superior, reconhecidamente relevante para o conjunto das políticas públicas nacionais, mostra-se essencial para a formação acadêmico-profissional, assim como para as atividades de pesquisa direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico. É neste nível que as pessoas aprimoram a formação ético-cultural endereçada à cidadania, à justiça social e ao desenvolvimento sustentável. Este artigo objetiva apresentar uma modelagem para o desenvolvimento de uma escala de medida de avaliação das ações de responsabilidade social nas Instituições de Ensino Superior (IES). A construção da escala de medida de avaliação das ações de responsabilidade social nas IES fundamenta-se nas seguintes bases conceituais: teoria psicométrica e Teoria de Resposta ao Item. A construção da escala baseia-se nos procedimentos teóricos, experimentais e analíticos. A escala desenvolvida e validada poderá ser incorporada como medida de aplicação prática e rápida aos demais modelos de diagnóstico e/ou avaliação das ações de Responsabilidade Social nas IES. Como resultado, o conhecimento das ações desenvolvidas nas instituições de ensino superior podem ser conhecidas e medidas com precisão, as ações podem contribuir para moldar uma identidade socioeconômica e ambiental junto às comunidades do entorno.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Universitária, Teoria de Resposta ao Item, Escala de Medida.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. Introdução

A responsabilidade social (RS) é um assunto que atualmente vem recebendo cada vez mais destaque nas atividades empresariais. No Brasil ela foi citada, nos anos 60 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), cujas partes divulgavam que uma organização, além de produzir bens e prestar serviços, também deve ter uma função social que deveria ser concretizada a favor de trabalhadores e do bem estar da comunidade.

Em 1970 a Responsabilidade Social foi o tema central do II Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas ganhando importância no país. Em 1984, a empresa Nitrofértil divulgou seu balanço social. Durante toda a década de 80 houve crescimento no número de empresas que desenvolveram atividades sociais, porém do tipo assistencialista. Já na década de 90, a RS ganhou maior investimento por meio do desempenho de instituições não-governamentais, de institutos de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e da ação de empresas preocupadas com o tema do bem-estar social (MAIA, 2007).

Estas organizações trabalharam pela divulgação e valorização da Responsabilidade Social. Destaca-se, também o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o seu principal fundador Herbert de Souza, que atuou pela causa da Responsabilidade Social. O IBASE lançou em 1993 a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida com apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), estabelecendo uma aproximação dos empresários com as ações sociais.

Em 1997, foi lançada a Campanha Nacional a Favor da Divulgação Balanço Social e criado o Selo do Balanço Social com apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outro instituto de grande importância para a causa da Responsabilidade Social é o Instituto Ethos, criado em 1998 por Oded Grajew (MAIA, 2007). O objetivo deste Instituto não é só difundir a RS, mas auxiliar os empresários a conduzirem seus negócios com RS em favor de uma sociedade mais justa e sustentável, atuando de forma ética no mercado almejando excelência, a fim de alcançarem mais produtividade em seus objetivos (VIEIRA, 2006). O Instituto desenvolveu os indicadores Ethos que são ferramentas utilizadas para se avaliar o grau de Responsabilidade Social de uma empresa.

Segundo o Instituto Ethos (2011), responsabilidade social é a forma de gerir as organizações com transparência e ética com todos os *stakeholders* com os quais a empresa possui relação e ainda buscar o desenvolvimento sustentável da sociedade, cuidando dos recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e com objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

A Universidade, como instituição formal, existe já há pouco mais de nove séculos, ela evoluiu muito desde a fundação de Bolonha, Paris ou Oxford e teve influências civis, religiosas, sociais, econômicas. No Brasil, a Universidade surgiu mais tarde e com características bem típicas. Primeiramente, solidificou-se em escolas superiores isoladas com orientação, sobretudo voltada para a preparação profissional naquelas áreas mais tradicionais que as elites emergentes do país requisitavam. As universidades constituíram-se na reunião



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

desse estabelecimentos isolados que resistiram em articularem-se numa nova instituição, mantendo seu status particular e características originárias. Deste modo, a universidade é tida como uma organização que tem sua especificidade decorrente das características do seu nível operacional. Essa peculiaridade do nível operacional faz com que a universidade diferencie-se de todos os outros tipos de organizações, especialmente das modernas burocracias tanto públicas como empresariais (SCHUCH, 1995).

A universidade é uma instituição que teoricamente tem por missão transmitir e produzir novos conhecimentos por meio de três atividades fundamentais: ensino, pesquisa e extensão. E a extensão universitária, tradicionalmente faz o elo entre a universidade e a sociedade consolidando o compromisso social da universidade e a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa (CALDERON, 2006).

Atualmente, exige-se da instituição universitária a formação de recursos humanos de alto nível de qualificação que proporcione uma educação que prepare para o pleno exercício da cidadania, que contribua para o avanço do conhecimento científico e tecnológico, que a sua atividade de pesquisa esteja relacionada com a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual está inserida e alinhada a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida. Demandar, por fim, não é somente a mobilização dos recursos humanos, materiais e o estoque de competências que a instituição universitária possui para atender, em caráter supletivo, demandas específicas, mas também que, de forma sistemática, assuma papéis e funções sociais de responsabilidade do Estado (MACEDO, 2005). Segundo Macedo (2005) essa compreensão da missão da universidade é recente.

O tema da responsabilidade social ganhou novos contornos e ampla importância, quando em abril de 2004, o governo brasileiro instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e nele estabeleceu a inclusão da responsabilidade social como uma das dez dimensões de avaliação das IES, o mesmo que se fundamenta no “aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais” das IES; constando entre os princípios fundamentais: “a responsabilidade social com a qualidade da educação superior” (CALDERÓN, 2005). As dez dimensões do SINAES são: a missão e o PDI; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; organização e gestão da instituição e funcionamento dos colegiados; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira. Esse sistema passou a vigorar em 01/09/2004 (SINAES, 2004).

Não se conhece em profundidade a participação de instituições de ensino superior (IES) privadas em atividades relacionadas à responsabilidade social, mesmo porque existe uma dificuldade em relação à definição do que seja responsabilidade social universitária (SCHWARTZMAN, 2005). Embora algumas pesquisas tenham sido desenvolvidas, como por exemplo, a pesquisa solicitada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras das IES de São Paulo (SEMESP), que quantificou as atividades sociais das IES dessa região, observando ainda, a frequência de projetos sociais e extracurriculares (RODRIGUES, 2005). Vale



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ressaltar a pesquisa nacional da Associação Brasileira das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES, 2005), a qual verificou, em 2004, as ações de RS desenvolvidas pelas IES (sem diferenciar responsabilidade social de filantropia), e também os meios de divulgação dessas, tanto internos quanto externamente utilizados.

Neste contexto, considera-se primordial a realização de pesquisas para verificar a participação de cada IES quanto a RS. Destaca-se, também, a necessidade da criação de indicadores simplificados que possam acompanhar a atuação das IES neste campo, uma vez que os existentes atualmente são indicadores relacionados às atividades de extensão, e que são de natureza filantrópica, assistencial, ou indicadores de desempenho pouco oportunos e sem precisão. Assim, este artigo objetiva apresentar uma modelagem para o desenvolvimento de um instrumento de medida psicométrica, por meio da Teoria da Resposta ao Item, para mensurar as ações de responsabilidade social nas IES brasileiras públicas e privadas.

2. Responsabilidade Social Universitária: surgimento, evolução e conceitos

2.1 Processo Evolutivo da Responsabilidade Social

Os termos responsabilidade social universitária (RSU) e responsabilidade social da Educação Superior (RSES) conforme Calderón, Pedro e Vargas (2011) não possuem origens históricas no cenário universitário brasileiro. O termo mais comum quando se trata de discutir o papel social ou a função social da universidade brasileira, historicamente, é compromisso social.

O termo responsabilidade social na universidade pode ter sido utilizado em outros países em contextos históricos diferentes, logo as discussões sobre sua função na sociedade têm sido, e ainda são, uma constante histórica nos cenários universitários locais e internacionais (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

Entretanto, ao realizar uma revisão de literatura verifica-se que o termo Responsabilidade Social na Universidade apareceu em 1962, no XXV Congresso Mundial da Pax Romana realizado na cidade de Montevidéu. Este Congresso teve como tema a “responsabilidade social da universidade”. Os intelectuais e acadêmicos católicos que atuavam no ambiente universitário, nesta época apontavam a Responsabilidade Social como o dever que a universidade tem para com os estudantes, os grupos sociais (imprensa, indústria, comércio, sindicatos, etc.), o Estado e a Igreja. As universidades, eram especialmente estatais e, conseqüentemente, persistia no mundo a ideologia do Estado de Bem-Estar, “por isso elas deveriam cumprir com seus deveres para com a sociedade que a financiava, se quisessem ter seus direitos e autonomia validada e reconhecida” (CALDERÓN, 2005, p. 14). Assim, a responsabilidade social assumia uma definição ampla, quando se referia aos deveres para o conjunto da sociedade; e uma definição específica, com relação à busca de soluções para os problemas sociais para superar a necessidade de uma melhor distribuição da riqueza e promover socialmente os operários e camponeses (CALDERÓN, 2005). Ressalta-se, que a partir da década de sessenta, a “responsabilidade social da universidade” foi uma tendência emergente nas universidades europeias e norte-americanas. E o Congresso da Pax Romana é, sem dúvida alguma, o reflexo desta tendência (CALDERÓN, 2005, p. 14).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Embora o termo de responsabilidade social na Universidade tenha sido mencionado em 1962 no Congresso, a apreensão da Universidade com a sociedade surgiu há muito tempo, não com enfoque de responsabilidade social.

No início do século XX, em 1918, aconteceu o Manifesto de Córdoba na Argentina. Neste Manifesto a Universidade latino americana passou a buscar maior compromisso social e os discursos oficiais e as propostas dos segmentos vinculados à estrutura universitária na época, foram influenciados pela questão da missão social da universidade que a levou obter um perfil mais crítico e de compromisso não só com o desenvolvimento, mas com a transformação da sociedade. Este movimento foi uma iniciativa dos estudantes da época. (GURGEL, 1986).

Em 1961, realizou-se em Salvador o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, e que trouxe as ideias de Córdoba para o cenário brasileiro. Este seminário foi promovido pela União Nacional de Estudantes (UNE), sendo uma referência que influenciou países como o Uruguai, Bolívia, Peru, Venezuela, México e Colômbia que passaram também a lutar pela construção de uma universidade pública que busca realizar, de forma permanente, o equilíbrio entre qualidade acadêmica, relevância social e equidade social (TRINDADE, 2004). Neste Seminário criou-se um documento que foi denominado a Declaração da Bahia e foi considerado, na época, como o movimento mais significativo já realizado, por tratar de três assuntos prioritários no país: a realidade brasileira, a universidade no Brasil e a reforma universitária enfatizando as atividades extensionistas.

Os movimentos estudantis, seminários que foram realizados na década de 60 influenciaram notadamente na evolução da missão universitária voltada não somente para o ensino e pesquisa, mas também para questões sociais. Inicialmente, a atividade estava voltada para a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário, com a Lei n.º 4.024 de 1961; depois com a Lei n.º 5.540 acrescentou o preceito de indissociabilidade entre ensino e pesquisa. E foi depois com a Lei n.º 5.540 de 1968 que se apresentou uma preocupação mesmo de forma embrionária com a sociedade, quando estabeleceu que as universidades e os estabelecimentos de ensino superior deviam estender à comunidade, por meio de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são próprios; e por meio de suas atividades de extensão, deviam possibilitar aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (MACEDO, 2005). Esta lei abriu lugar para o que mais tarde foi definido como “extensão universitária”.

Com isso, a universidade se consolidou firmemente no ensino e pesquisa e manteve-se até o final da década de 80, o que tornou uma questão de difícil formulação e concretização a sua relação com o entorno social e econômico (MACEDO, 2005). Apesar de que ocorreram algumas iniciativas neste sentido, que foram promovidas por instituições mais jovens, de relacionamento com o entorno socioeconômico, e que se estabeleceram no embrião da concepção atual da extensão universitária e, principalmente, da forma de articulação entre universidade e sociedade (mais detalhes ver MACEDO, 2005).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Foi na Constituição de 1988 que se inseriu o termo extensão juntamente com o ensino e pesquisa, desta forma a missão das universidades foi redefinida e ampliada e, o papel da extensão universitária adquiriu paulatinamente importância igual às do ensino e da pesquisa, especialmente quando se estabeleceu que as Universidades devem ter autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira, patrimonial e obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse contexto, a palavra extensão, implica estender-se, em levar algo a algum lugar ou até alguém. Portanto, a extensão é uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela informações, tais como: suas reais necessidades, seus anseios e aspirações, também aprendendo com o saber dessas comunidades. Ocorre, na realidade, que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade (SILVA, 1997). A extensão define-se como dimensão do trabalho desenvolvido pela academia no ensino e na pesquisa, na formação de recursos humanos e na produção e divulgação do conhecimento produzido (TODOROV e ROSSI, 1996). Desse modo, o trabalho da extensão só se justifica a medida que extensão é ensino e/ ou pesquisa: o aluno atende à população carente como parte de seu aprendizado prático, seja no exercício profissional, seja no treinamento de suas habilidades de pesquisa.

No decorrer da década de 90, a universidade tornou-se mais consciente de sua responsabilidade para com o desenvolvimento da sociedade e mais apegada da realidade social que a cerca. Isto se deveu especialmente ao esforço das instituições educacionais privadas que, em função de sua natureza e por decisão política passaram a fomentar o papel social da Academia, fazendo dele um mecanismo privilegiado de comunicação com o seu entorno, impulsionando este trabalho no sistema público de ensino superior (MACEDO, 2005). Esta preocupação com o social foi instituída com a Lei n.º 9.394, de dezembro de 1996, onde ficou bem definido o papel da extensão e a sua total abertura à população que consiste em incentivar o conhecimento dos problemas da sociedade, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade e ainda, promover a extensão, aberta à participação da população, objetivando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição (MACEDO, 2005). Com a definição mais precisa da extensão ficou mais evidente a missão da Universidade, contudo, a Universidade apenas assumia um compromisso social, e compromisso social é uma promessa um pacto que pode ser quebrado, responsabilidade social universitária não é somente extensão vai muito mais além.

Essencialmente, o termo Responsabilidade Social no Ensino Superior nasceu no Brasil quando as IES privadas incorporaram, em suas estratégias de marketing, o discurso da responsabilidade social empresarial ou corporativa, extensamente difundida no Brasil pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, resultado da institucionalização do mercado de Educação Superior principalmente no início da primeira década do século XXI (CALDERÓN, 2005).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Calderón, Pessanha e Soares (2007) asseguram que o que era tão somente uma tendência da mercantilização da Educação Superior adotada, especialmente, como discurso nas propagandas das IES privadas, agora se tornou caráter de obrigação institucional perante a normativa estatal. Ou seja, a busca de soluções para os problemas sociais não é um compromisso que a universidade pode cumprir ou deixar de cumprir, é na verdade uma obrigação da universidade e uma IES que não cumpre sua obrigação torna-se uma instituição socialmente irresponsável (CALDERÓN, 2005).

Ressalta-se que esta obrigatoriedade, gerou confusão entre o que seria responsabilidade social da Educação Superior e a extensão Universitária. De acordo com Calderón *et al.* (2011), este impasse teórico foi gradativamente superado com as discussões sobre a função social das IES. A extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa constituem como uma das três atividades fundamentais universitárias que permitem que as IES desempenhem sua responsabilidade social.

Assim, é preciso entender mais o que é responsabilidade social universitária e como avaliar a responsabilidade social, isso vai ser visto na seção seguinte.

2.2 Conceitos de Responsabilidade Social Universitária (RSU)

Segundo Mohamedbhai (2011) o conceito de RSU é muito amplo e profundo, e deve ser a essência de uma universidade, o seu *ethos*, sua maneira de ser e de operar, entretanto é comumente confundida com o serviço comunitário, que é sua terceira função. O Quadro 1, a seguir, apresenta os vários conceitos encontrados de Responsabilidade Social Universitária na literatura.

Quadro 1: Conceitos de Responsabilidade Social Universitária

Conceito de Responsabilidade Social Universitária	Referência
Consiste em difundir e praticar um conjunto de princípios e valores por meio de suas principais funções de ensino, pesquisa, envolvimento da comunidade e gestão institucional, que podem incluir compromisso com a verdade, justiça e ética, a promoção da equidade social e o desenvolvimento humano sustentável; reconhecimento da dignidade do indivíduo e da liberdade; valorização da diversidade e multiculturalismo; e promoção dos direitos humanos, democracia e responsabilidade cívica. As universidades devem contar com meios próprios e com autonomia suficiente para desenvolverem as atividades que lhe são inerentes, e para fazer face a sua responsabilidade social.	Mohamedbhai (2011)
Baseia-se na capacidade que a universidade tem de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e de valores gerais e específicos, com base em quatro processos tidos como primordiais na universidade, isto é, gestão, docência, pesquisa e extensão universitárias, atendendo, assim, do ponto de vista social, à própria comunidade universitária, à região e ao país.	Jimenez et al. (2006)
Visa estabelecer relações entre as diversas áreas institucionais em projetos de promoção social, com princípios éticos, de desenvolvimento social,	Vallaeys (2006)



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

equitativo e sustentável, objetivando a transmitir saberes responsáveis para a formação de cidadãos igualmente responsáveis.	
Significa relevância científica e pertinência, fortalecimento da vida democrática e da justiça social, aprofundamento da ética e do sentido estético da sociedade. O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só mérito científico, mas também valor social e formativo e que sejam importantes para o desenvolvimento econômico que tenha sentido de cidadania pública.	Dias Sobrinho (2005),

Fonte: compilado e adaptado pelos autores (2013)

A RSU deve ser percebida como os deveres que a universidade tem para com problemas sociais do País e de seus entornos territoriais, com os deveres e das obrigações e incumbências intrínsecas à natureza institucional das IES (CALDERÓN, 2005).

Ainda, Calderón (2006) baseando-se em Vallaeys (2006) salienta que se pode relacionar a RSU com a convergência da instituição como um todo na promoção de princípios éticos que ancorem a nova compreensão do desenvolvimento humano e ainda que, a RSU estabelece que a universidade deva ultrapassar o aspecto da extensão universitária como apêndice, bem intencionado, da formação estudantil e da produção de conhecimentos.

Neste contexto, a universidade não pode mais estar enclausurada como uma empresa visando somente lucros ou preocupados com devaneios teóricos que não levam a lugar algum, mas o compromisso para hoje é com o ensino que tem de ser socialmente responsável, com a pesquisa tem de ser socialmente responsável. A procura para soluções dos problemas sociais não é um compromisso que a universidade pode cumprir ou deixar de cumprir, é na verdade uma obrigação da universidade e não se trata de um compromisso para o futuro (CALDERÓN, 2005), mas sim para o presente.

Então, uma IES que não cumpre sua obrigação, torna-se uma instituição socialmente irresponsável. E isso fica bem evidenciado no SINAES, quando afirma que a responsabilidade social refere-se à contribuição da IES em relação a: inclusão social, desenvolvimento econômico, social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural (CALDERÓN, 2005; BRASIL, 2004).

As IES públicas e privadas podem contribuir com a transformação social, por meio de projetos sociais próprios ou como executoras de ações sociais governamentais e na área da RS, desenvolver uma visão integrada do indivíduo e ser capaz de ajudá-lo na formação do caráter e da promoção da intelectualidade, suscitando conhecimentos que devem estar fundamentados em princípios éticos, como os da solidariedade, respeito, transparência e participação (VIEIRA, 2006). O desenvolvimento de indivíduo socialmente responsável irá definir as decisões futuras da sociedade (VALLAEYS, 2003).

3. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o PDI

3.1 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Ministério da Educação instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, lei 10.861, de 14 de Abril de 2004. O SINAES tem o propósito de realizar uma avaliação diagnóstica, formativa e regulatória das IES (SINAES, 2009).

O SINAES foi instituído devido à necessidade de gerar a melhoria da qualidade da educação superior, para a orientação da expansão da sua oferta, bem como o aumento constante da sua eficácia institucional, a sua efetividade acadêmica e social e, principalmente, para o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais (SINAES, 2003).

Dentre as diretrizes apontadas pelo SINAES para a Avaliação da IES destacam-se o compromisso destas com a qualidade, o projeto pedagógico institucional de cada instituição no cumprimento de sua missão, que tem como principais princípios a responsabilidade social com a qualidade da educação superior, o reconhecimento à diversidade do sistema, o respeito à identidade, à missão e à história das instituições, globalidade institucional, a utilização de um conjunto significativo de indicadores, continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e para o sistema da educação superior (SILVA e CARVALHO, 2009).

Desta forma, o SINAES procura garantir, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação. Ainda, ressalta-se que o sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo (SINAES, 2003).

Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) tem a função de supervisionar e coordenar o SINAES, estabelecendo os parâmetros gerais, as diretrizes e a operacionalização deste. Esta Comissão tem como função estabelecer os parâmetros gerais e as diretrizes para a operacionalização do sistema de avaliação. O SINAES possui três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Destaca-se, que este modelo de avaliação tem como suporte a avaliação institucional, que abrange a avaliação externa e a avaliação interna, especialmente com seu elemento central, a autoavaliação (POLIDORI; ARAUJO; BARREYRO, 2006).

O SINAES analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O SINAES reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições (SINAES, 2003).

A responsabilidade Social, conforme a Lei nº 10861/ 2004 no SINAES é considerada especialmente no que se refere à contribuição da IES quanto à inclusão social, ao



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

3.2 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Com a implantação do SINAES pelo Ministério de Educação (MEC) surgiu a necessidade de incluir o planejamento estratégico como parte integrante do processo avaliativo das IES. Esta necessidade foi consolidada ao instituir o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (FERNANDES *et al.*, 2009). Entretanto o PDI teve sua origem em duas atribuições definidas pela LDB (BRASIL, 1996), isto é, o credenciamento e avaliação institucional (SEGENREICH, 2008).

Segundo as Diretrizes para a elaboração do PDI fornecido pelo MEC, a construção do PDI deverá se fazer de forma livre, porém deve contemplar os eixos temáticos essenciais do PDI (FERNANDES *et al.*, 2009). Deste modo, o PDI, compreende um documento em que são definidos: a missão, objetivos e metas da instituição de ensino superior em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento; as estratégias que serão empregadas para atingir suas metas e objetivos propostos, abrangendo um período de cinco anos; projeto pedagógico da instituição (PPI); o cronograma e a metodologia de implementação e desenvolvimento das ações do Plano da IES; a organização didático-pedagógica; o perfil do corpo docente; a organização administrativa da IES; a infraestrutura física; a oferta de educação à distancia; a oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e também o orçamento (FERNANDES *et al.*, 2009; BRASIL, 2006; MORO, 2003).

Ainda, conforme Moro (2003) é necessário incluir um quadro-resumo com a relação dos indicadores de desempenho, que permita estabelecer uma comparação entre a atual situação e após a vigência do PDI.

Enfim, o PDI configura-se como um instrumento de gestão flexível, que se pauta em objetivos e metas e sua construção deve ser de forma coletiva (MEC, 2006), devendo estar associado com a prática e resultados da avaliação institucional (MORO, 2003).

4. Teoria da Resposta ao Item

O objeto a ser medido é: ações da responsabilidade Social. Este objeto pode ser considerado como um traço latente, pois é uma característica que não é observável diretamente, dessa forma, não é possível utilizar um instrumento concreto/direto para sua medição como outros fenômenos, como por exemplo, altura e peso ou receita e despesa ou ainda tempo e distância. Nesse sentido, a modelagem estatística pode ser um recurso altamente eficaz para a mensuração deste traço latente. Para essa finalidade, foram desenvolvidos vários modelos. Inicialmente por meio da Teoria Clássica de Medidas (TCM) (LORD, NOVICK, 1968), mas essa modelagem apresenta várias limitações, conforme apontadas por Hambleton e Swaminatan (1985). Dentre as principais ressalta-se que o instrumento de medida é dependente das características dos respondentes que se submetem ao teste ou ao questionário. Esta e outras limitações foram resolvidas por outra estrutura de teoria de medida, conhecida como Teoria de Resposta ao Item - TRI (LORD, 1980).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A TRI tem sido empregada com sucesso em diversas áreas, tais como educacional, medicina, psicologia, gestão, pois ela apresenta várias vantagens em relação a Teoria Clássica de Medidas conforme (EMBRETSON e REISE, 2000). A TRI considera cada item particularmente, sem considerar os escores totais, assim as conclusões não dependem do teste ou questionário, mas sim de cada item que o compõe (ARAUJO; ANDRADE; BORTOLOTTI, 2009). E a TRI mostrou-se eficaz mesmo para medidas onde o objeto de estudo não é um traço latente, como, por exemplo, estimar a altura (BORTOLOTTI *et al.*, 2013).

As grandes vantagens da Teoria de Resposta ao Item sobre a Teoria Clássica de Medidas são: possibilitar fazer comparações entre traço latente de respondentes de populações diferentes quando são submetidos a testes ou questionário que tenham alguns itens comuns; permitir, ainda, a comparação de respondentes de mesma população submetidos a testes totalmente diferentes, isto é possível porque a TRI tem como elementos centrais os itens e não o teste ou questionário como um todo (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

A TRI também permite uma melhor análise de cada item que forma o instrumento de medida, pois considera suas características específicas de construção de escalas, dos itens e os respondentes são colocados na mesma escala, assim o nível de uma característica que um indivíduo possui pode ser comparado ao nível da característica exigida pelo item, o que facilita a interpretação da escala gerada e permite também conhecer quais itens que estão produzindo informação ao longo da escala (EMBRETSON; REISE, 2000).

Outro aspecto positivo da TRI é o princípio da invariância, ela possibilita que os parâmetros dos itens sejam invariantes sobre os respondentes e os traços latentes dos respondentes sejam invariantes sobre os itens, exceto pela escolha de origem e escala (HAMBLETON; SWAMINATHAN; ROGERS, 1991). Para um item ter utilidade, deve ser capaz de diferenciar entre os respondentes localizados em diferentes pontos ao longo da escala. Os respondentes são caracterizados pela sua posição sobre a variável latente e os itens são caracterizados de acordo com a sua posição e a capacidade de discriminar entre os respondentes (DE AYALA, 2009).

A TRI fornece modelos probabilísticos para os traços latentes, propondo formas de representar a relação entre a probabilidade de um respondente dar certa resposta a um item, seu traço latente e características (parâmetros) dos itens, na área avaliada (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000). A partir das respostas obtidas dos respondentes a um conjunto de itens, a TRI possibilita a estimação dos parâmetros dos itens e dos respondentes em uma escala de medida. Por exemplo, considere o construto ações de Responsabilidade Social. Uma análise feita por meio da TRI pode estimar o nível uma IES se encontra, os tipos de ações que desenvolve e também os parâmetros dos itens de modo a criar uma escala de medida estabelecendo níveis para diagnosticar as ações de Responsabilidade Social das IES (BORTOLOTTI *et al.*, 2013).

5. Delineamento Metodológico do Estudo



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Como delineamento metodológico, este estudo classifica-se quanto a sua natureza como: básica e aplicada. É uma pesquisa básica, pois desenvolve uma modelagem conceitual de um instrumento de medida de avaliação das ações de responsabilidade social nas IES. Como aplicada porque com a escala criada pela Teoria da Resposta ao Item vai gerar conhecimentos que vão permitir conhecer como as IES estão desenvolvendo sua responsabilidade social.

Quanto aos fins é classificada como: exploratória e descritiva e em relação aos procedimentos técnicos como pesquisa bibliográfica e por levantamento (VERGARA, 2010). A pesquisa exploratória versa na revisão bibliográfica e estado da arte sobre a fundamentação teórica que norteia este estudo.

Trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa. A parte qualitativa desta pesquisa diz respeito à aplicação da técnica de grupo foco ou *focus group*, que será realizada para auxiliar a elaboração das questões a serem utilizadas no instrumento de coleta de dados. O grupo foco é uma técnica utilizada na pesquisa de mercado qualitativa, com o envolvimento de um determinado número de pessoas, geralmente de 8 a 12 participantes. Além disso, há outra parcela qualitativa, o questionário desta pesquisa apresentará questões abertas, em que os respondentes podem expor, livremente. A parte quantitativa está relacionada às perguntas fechadas do questionário da Pesquisa de Ações de Responsabilidade Social das IES cujas categorias de resposta obedecerão a uma escala Likert, pré-estabelecida pelos pesquisadores.

As questões abertas serão analisadas por meio da análise qualitativa de Bardin (BARDIN, 2006). E as questões fechadas serão analisadas pelo modelo de 2 Parâmetros da Teoria da Resposta ao Item, onde serão estimados os parâmetros dos itens e proposição de uma escala de medida de ações de responsabilidade social com base e níveis e itens âncora (BEATON e ALLEN, 1999).

6. Desenho e Operacionalização de um Instrumento de Medida de Avaliação das Ações de Responsabilidade Social

O desenho de um instrumento de medida para avaliar as ações de responsabilidade social está apoiado nas seguintes abordagens: Teoria Psicométrica e Teoria da Resposta ao Item. A Teoria psicométrica norteia a elaboração do conjunto de itens e está fundamentada nos procedimentos baseados no sistema de construção de instrumentos proposto por Pasquali (1998, 2009) como mostra a configuração do instrumento de medida proposto na Figura 1.

Os procedimentos teóricos compreendem uma revisão da literatura sobre o traço latente: *ações de responsabilidade social das IES brasileiras públicas e privadas*, identificando e estabelecendo os indicadores relacionados com o objeto de medida em estudo. Abrange também as definições constitutivas e operacionais. As definições constitutivas compreendem as definições teóricas obtidas nos dicionários e enciclopédias que explicam cada indicador e conseqüentemente as características do traço latente. As definições operacionais consistem na passagem do abstrato das definições constitutivas de cada indicador para o concreto.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Os procedimentos teóricos abarcam também a elaboração do instrumento de medida, com a construção dos itens e, a operacionalização do mesmo, além de realizar as análises, semântica e de especialistas. Essas análises são desenvolvidas para verificar se os itens estão medindo o que propõem medir e se são compreensíveis a todos os níveis da população.

O instrumento de coleta de dados consiste em um questionário que será elaborado com base nas seguintes dimensões: social, ambiental, legal, ética, econômica e fundamentada nos temas centrais da ISO 26000 mostrados no Quadro 1 que vai ser desenvolvido na primeira etapa.

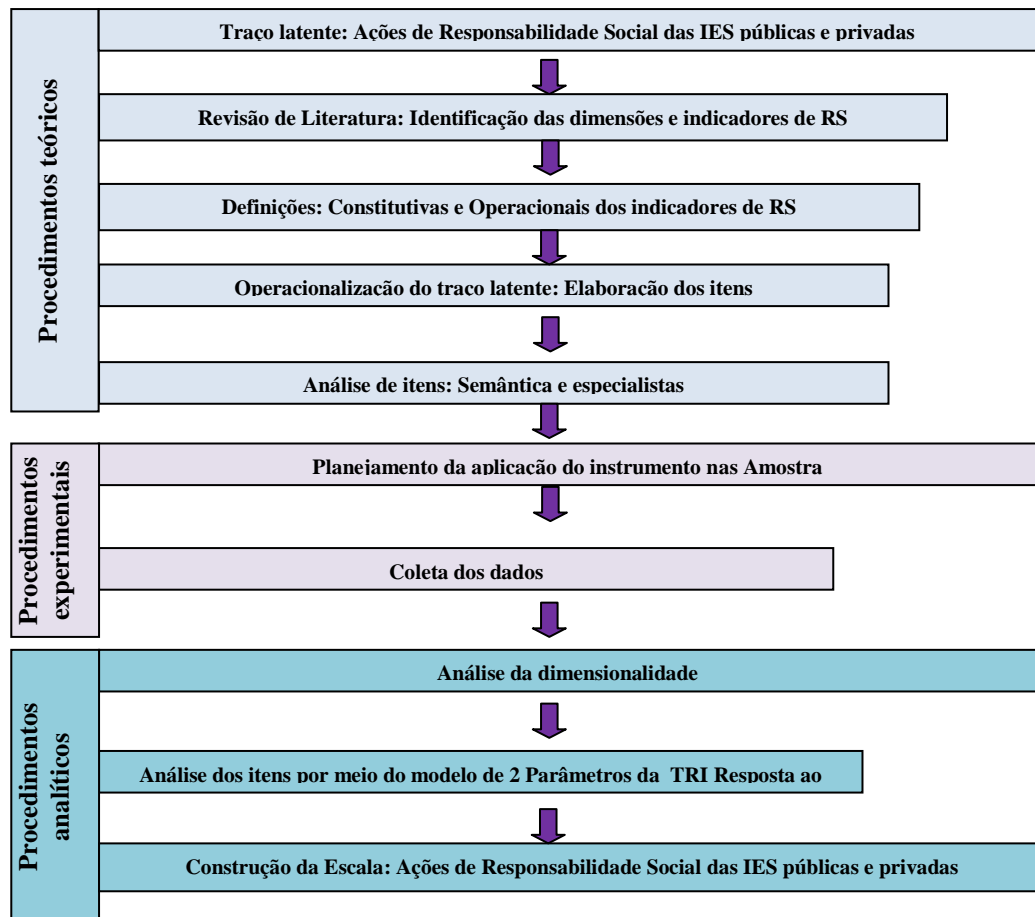


Figura 1. Modelagem do Instrumento de Medida de Avaliação das Ações de Responsabilidade Social das IES públicas e privadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2013)

Os procedimentos experimentais compreendem o planejamento de aplicação e a coleta de dados. A construção de uma escala com base na Teoria da Resposta ao Item -TRI necessita de uma amostra significativa e representativa do traço latente em estudo para se obter



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estimativas precisas dos parâmetros dos itens e, conseqüentemente, dos respondentes, uma vez que o modelo que será utilizado é probabilístico.

Desta forma é preciso ter informação sobre todos os itens investigados em todos os níveis do traço latente, para que estes possam ser calibrados numa escala. Assim sendo, a amostragem será a “não probabilística intencional”, pois de acordo com determinados critérios vão ser escolhidos intencionalmente os respondentes para compor a amostra. A população envolvida nesta pesquisa serão as IES públicas e privadas brasileiras. Neste caso, para garantir que as estimativas sejam adequadas, foi proposto um tamanho de amostra de 300 IES (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

Quadro 1: Temas centrais e questões da NBR ISO 26000

Temas centrais	Questões NBR ISO 26000
Governança Organizacional	Processos e estruturas de tomada de decisões
Direitos Humanos	<i>Duediligence</i> /Situações de risco para os direitos humanos/Evitar cumplicidade; Resolução de queixas/ Discriminação e grupos vulneráveis/Direitos Cíveis e políticos; Direitos econômicos, sociais e culturais/Princípios e direitos fundamentais no trabalho.
Práticas de trabalho	Emprego e relações de trabalho/condições de trabalho e proteção social/; Diálogo social/ saúde e segurança no trabalho/; Desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho
Meio Ambiente	Prevenção da poluição/Uso sustentável de recursos/; Mitigação e adaptação às mudanças climáticas/; Proteção do meio ambiente e da biodiversidade e restauração de habitats naturais.
Práticas leais de operação	Práticas anticorrupção/Envolvimento político responsável/concorrência leal; Promoção da responsabilidade social na cadeia valor/; Respeito ao direito de propriedade/



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Questões relativas ao consumidor	Marketing leal, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas; Proteção à saúde e segurança do consumidor/consumo sustentável/; Atendimento e suporte ao consumidor e solução de reclamações e controvérsias; Proteção e privacidade dos dados do consumidor/acesso a serviços essenciais/educação e conscientização.
Envolvimento e desenvolvimento da comunidade	Envolvimento da comunidade/educação e cultura/geração e renda; Geração de emprego e capacitação/saúde/investimento social; Desenvolvimento tecnológico e acesso às tecnologias.

Fonte: Elaborado pelos autores (2013)

Os procedimentos analíticos abarcam a determinação da dimensionalidade que vai ser realizada pela análise fatorial, utilizando o método dos componentes principais (ESCOFIER, PAGÈS, 1992). Será utilizado o modelo logístico de 2 Parâmetros da Teoria de Resposta ao Item (TRI) para a análise dos itens e dos respondentes (as IES).

Com a estimação dos parâmetros dos itens por meio do modelo escolhido, será possível construção da escala de medida das ações de responsabilidade social e com esta escala, estabelecerá níveis onde será possível estimar o grau de em que cada IES se encontra quanto a sua atuação de responsabilidade social.

7. Considerações Finais

Não se tem um instrumento de coleta de dados padronizado para uma avaliação abrangente, rigorosa e pertinente para avaliar as ações de responsabilidade social desenvolvidas nas IES. E não há informação disseminada sobre a real dimensão da extensão universitária no atual conjunto das IES brasileiras (MACEDO, 2005). Como mencionado anteriormente também não temos indicadores adequados e que estejam relacionados para avaliar a ações de Responsabilidade Social.

Devido importância de se conhecer as ações de Responsabilidade Social e de avaliá-las continuamente, evidencia-se a relevância desta pesquisa, uma vez que este processo é a forma mais adequada de prestação de contas à sociedade, responsável pelo financiamento da universidade, bem como irá permitir conhecer o retrato, sem retoques, das instituições de ensino superior brasileiras, naquilo que tange à responsabilidade social.

Tendo em vista a valorização crescente do comportamento socialmente responsável e do valor de se potencializar a dimensão social das IES, principalmente pela função social que ocupa, pretende-se com este estudo desenvolver uma escala de medida por meio da Teoria da Resposta ao Item para mensurar, avaliar e investigar as ações de Responsabilidade Social a respeito da participação das IES públicas e privadas.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A escala desenvolvida e validada poderá ser incorporada como medida de aplicação prática e rápida aos demais modelos de avaliação e diagnóstico das ações de Responsabilidade Social nas IES pública e privada. Uma vez estabelecida esta escala pela TRI, terá todas as vantagens que a TRI proporciona, principalmente por colocar numa mesma escala os itens e as IES, possibilitando uma riqueza de informações que contribuirão para o conhecimento e identificação dos indicadores na investigação das ações de RS.

Com o conhecimento das ações desenvolvidas, as instituições de ensino superior ganham identidade e passam a ser reconhecidas pela sua capacidade de inserção local ou regional, assim como pela sua sensibilidade para identificar e atender demandas regionais.

8. Referências

ANDRADE, D. F. E TAVARES, H. R. E VALLE, R. C. **Teoria de Resposta ao Item: conceitos e aplicações**. ABE — Associação Brasileira de Estatística, 4º SINAPE, 2000.

ARAUJO, E. A. C. de.; ANDRADE, D. F.; BORTOLOTTI, S. L. V.. Teoria da Resposta ao item. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, 43 (Esp):1000-8, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORES DO ENSINO SUPERIOR. **Perfil das IES particulares e sua contribuição para o desenvolvimento do país**. 2004. Associação brasileira dos mantenedores do ensino superior. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, 2005, 27 p.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto** nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 01 abr. 2009.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

BORTOLOTTI, S. L. V. et al. Avaliação do nível de satisfação de alunos de uma instituição de ensino superior: uma aplicação da Teoria da Resposta ao Item. **Gestão & Produção**, v. 19, n. 2, 2012.

BORTOLOTTI, S. L. V. et al. Relevance and advantages of using the Item Response Theory. **Qual Quant**, v.47, p. 2341–2360, 2013.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. In: **Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior: responsabilidade social das instituições de ensino superior**. N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, 2005.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. . In: **Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior: responsabilidade social das instituições de ensino superior**. N. 36, Ano 24, Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, 2006.

CALDERÓN, A.I.; PEDRO, R.F.; VARGAS, M.C. Responsabilidade social da Educação Superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.15, n.39, p.1185-98, out./dez. 2011.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PESSANHA, Jorge; SOARES, Vera Lúcia. Educação Superior. Construindo a extensão nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007. 77 p.

DE AYALA R.J. **The Theory and Practice of Item Response Theory**. The Guilford Press: New York, NY, 2009. Disponível em: <
http://ieche.com.sa/web/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=38&lang=en > Acesso em: 19/06/2012.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DAL MORO, E. L. A Qualidade do Ensino Superior X Credenciamento Universitário: O PDI em Ação. **III Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Buenos Aires, Argentina, 2003. Acesso em 10/08/2013 [www.inpeau.ufsc.br/coloquio03/Completo/DAL%20MORO2.doc]

EMBRETSON, S.; REISE, S. P. **Item Response Theory for Psychologists**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc. Publishers, 2000.

ESCOFIER, B. & PAGÈS, J. **Análisis Factoriales simples y múltiples**. Universidade del Pais Vasco, Editora Bilbao, 1992.

ETHOS. **ISO 26000**. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/4877/servicos_do_portal/noticias/itens/e_lancada_no_brasil_a_norma_iso_26000.aspx. Acesso em: 03 mar. 2011.

FERNANDES, S. CORRÊA, F. T. de BRITO, NOVAES, A. L. VIANA, J.J.S. Análise do processo de formulação de um plano de desenvolvimento institucional: O caso de uma instituição pública de ensino superior. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, SC, 2009. Disponível em <
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35884/An%C3%A1lise%20do%20processo%20de%20formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20plano%20de%20desenvolvimento%20institucional%20O%20caso%20de%20uma%20inst.pdf?sequence=1>> Acesso em 10 ago 2013.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo. Cortez: Autores associados. Universidade Federal do Ceará, 1986.

HAMBLETON, R. K. & SWAMINATAN, H. **Item Response Theory Principles and**



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Applications. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1985.

HAMBLETON, R. K.; SWAMINATHAN, H.; ROGERS, H. J. **Fundamentals of item response theory.** Newbury Park, CA: Sage, 1991.

JIMÉNEZ DE LA JARA, M.; FONTECILLA, J.M.; TRONCOSO, C.D. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos**, v.24, n.36, p.57- 73, 2006.

LORD FM. **Applications of Item Response Theory to Practical Testing Problems.** Hillsdale NJ: Erlbaum; 1980

LORD, F.M. & NOVICK, M. R. **Statistical theories of mental test scores.** Reading, MA: Addison-Wesley, 1968.

MACEDO, A. R. O papel social da universidade. In: **Estudos:** Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior: responsabilidade social das instituições de ensino superior. N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, 2005.

MAIA, Paulo Leandro. **Introdução à Ética e Responsabilidade Social: Administração e Ciências Contábeis.** São Paulo: Leud, 2007. 118 p. 23

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento.** CONAES/INEP. Brasília, 2006.

MOHAMEDBHAI, G. Social Responsibility of Universities in a Knowledge-based Economy. **2nd International Conference and Exhibition On Higher Education**, Riyadh, Saudi Arabia, 2011. Disponível em: <http://ieche.com.sa/web/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=38&lang=en> Acesso em: 19/06/2012.

PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. **Revista Psiquiatria de Clínica**, v. 25, n. 5, p. 206-213, 1998. Disponível em: <<http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/r255/conc255a.htm>>. Acesso em: 10 maio 2005.

PAQUALI, L. **Psicometria:** Teoria dos testes na Psicologia e na Educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

POLIDORI, M. M. ; ARAUJO, C. M. M. ; BARREYRO, G. B. . SINAES: desafios e perspectivas na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 14-53, p. 425-436, 2006.

RODRIGUES, M. Gabriel. Instituições de ensino superior paulistas e o cumprimento da responsabilidade social. In **Estudos:** Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 34, ano 23, p. 97 -102, 2005.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

SCHUCH J. A estrutura da universidade em questão, o caso da UFSM. 1995. 367f. **Tese de Doutorado em Educação**. Convênio entre a UNICAMP/SP e a UFSM/RS, Santa Maria, 1995.

SCHWARTZMAN, Jaques. Responsabilidade social no ensino superior. In: **Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior**. Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, N. 34, ano 23, p. 47-53, 2005.

SEGENREICH, S. C. D. O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, jan. 2005. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SILVA, O. D. da. O que é extensão Universitária? **Integração: Ensino Pesquisa – Extensão**, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-149, maio, 1997.

SILVA, C.; CARVALHO, V. A Responsabilidade social no ensino superior: da origem ao cotidiano educacional. **Responsabilidade Social**, v.4, n.4, p.7-16, 2009.

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Relatório da Comissão Especial de Avaliação**. Brasília, 2003

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Da concepção à regulação**. Brasília: INEP/MEC, 2004.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Da concepção à regulação**. Brasília: INEP/MEC, 5ª edição revisada e ampliada, 2009.

TODOROV, J. C., ROSSI, M. J. S. **Extensão universitária**. Correio Braziliense, 11 Jan., p. 5, 1996.

TODOROV, C. J. O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior. In: **Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior**: 24

TRINDADE. H. **A reforma universitária de Córdoba e seu legado simbólico**. 2004. Universidade e sociedade. Sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior. 17. ed. Brasília: Rumo, v. 1, edições 1 a 24, 2004, CD-ROOM.

VALLAEYS, F. O que significa responsabilidade social universitária? **Estudos**, v.24, n.36, p.35-56, 2006.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.